



DISTRITO FEDERAL

A campanha de esclarecimento sobre a função dos vigilantes nos hospitais começou



Após vários atritos entre vigilantes e pacientes, acompanhantes e demais usuários do sistema público de saúde do DF, pois muitos confundem o papel do vigilante e diante da frustração no atendimento, acabam descontando nesse profissional, o Sindicato dos Vigilantes do DF começou uma ampla campanha nos hospitais públicos do DF com faixas e folhetos explicativos dirigidos à população que se desloca a essas unidades de saúde.

Nesta segunda-feira, 24/06, o Sindicato dos Vigilantes do DF começou a campanha pelo HRT – Hospital Regional de Taguatinga e durante os próximos dias estaremos com a

campanha em um dos hospitais públicos do DF e assim sucessivamente até completarmos as visitas em todos os hospitais.

O objetivo da campanha é conscientizar a população do importante papel do vigilante não só nos hospitais, upas e postos de saúde, mas também em todos os órgãos públicos na defesa

da vida e do patrimônio público. Também alertamos aos vigilantes que, em situações de conflito, mantenham a calma e procurem uma autoridade competente para resolver o problema daqueles mais exaltados ou agressivos.

Esperamos que esta campanha atinja o seu objetivo quanto ao esclarecimento que estamos fazendo, mas que o GDF melhore a qualidade dos serviços de saúde prestados à população que não aguenta mais sofrer nas filas das unidades de saúde e, na maioria das vezes, sem ter o seu problema resolvido.

Fonte: SINDESV/DF

Container vira agência do Santander em Seropédica (RJ)

Sindicato pede o imediato fechamento da agência e denuncia o banco à Polícia Federal



Foto: Seeb/Angra dos Reis

O Sindicato dos Bancários de Angra dos Reis (RJ) enviou um ofício ao banco Santander na terça-feira (18) exigindo a regularização da agência na Universidade Rural Federal (UFRRJ), em Seropédica, no Rio de Janeiro. A agência está funcionando em um container, segundo o ofício, em desrespeito à legislação vigente e total descaso com os clientes e funcionários.

Segundo o sindicato, o descaso pelo banco com os clientes e funcionários é recorrente nesta agência. “Tempos atrás, cobramos do Santander a mudança das instalações da unidade, que oferecia perigo à vida de trabalhadores e clientes. Jamais imaginávamos que seria essa a solução. Confessamos que estamos pasmos!”, diz o sindicato no ofício enviado ao banco.

Em junho de 2017, o sindicato já havia

constatado que a agência funcionava em um prédio isolado, que não era mais utilizado pela UFRRJ. O local alagava e estava em péssimas condições. Após entrar em contato reiteradas vezes com o banco para que o mesmo tomasse providências, o sindicato denunciou a situação à Defesa Civil de Seropédica.

Tragédia anunciada

“Não faz muito tempo, uma tragédia nos mostrou que container não foi feito para abrigar pessoas. Não há a menor condição de segurança, higiene e de trabalho. O banco precisa solucionar essa questão o quanto antes”, afirmou o presidente do sindicato, Rogério de Almeida Salvador.

Como alerta e protesto, o sindicato informou que paralisar as atividades da agência por 24h e continuar com os protestos até que a agência seja instalada em um local que garanta condições de trabalho, de higiene e a segurança aos clientes e trabalhadores.

Fonte: Contraf-CUT

Delegados articulam com parlamentares boicote à reforma da Previdência

Categoria briga por regras de aposentadoria semelhantes às que foram propostas às Forças Armadas. Eles se sentem “traídos” por Bolsonaro



MICHAEL MELO/METRÓPOLES

Mais uma tentativa de encontrar um ponto de concordância entre governo e policiais terminou sem sucesso nesta quarta-feira (19/06/2019). A mais recente reunião entre os agentes das forças de segurança e integrantes da equipe econômica do presidente Jair Bolsonaro (PSL) para discutir a reforma da Previdência terminou com ânimos exaltados.

Mesmo com as explicações sobre o cenário fiscal do secretário especial de Trabalho e Previdência do Ministério da Economia, Rogério Marinho, a Associação Nacional de Delegados de Polícia Judiciária (ADPJ), entidade que representa cerca de 8 mil delegados, não gostou da tom da conversa.

Agora, os agentes de segurança prometem partir para o “corpo a corpo” com deputados para frear as mudanças nas regras de aposentadoria — espécie de “boicote” ao texto de Bolsonaro. “Vamos esperar o texto final para avaliar os destaques para angariar votos para cada um e saber quais deputados votariam no texto que será aprovado na comissão”, adianta o presidente da ADPJ, delegado Rafael Sampaio (foto em destaque).

Segundo ele, ao menos 30 deputados já declararam apoio à categoria, dos quais cinco já apresentaram emendas favoráveis ao grupo.

Os policiais brigam pela manutenção da atividade de risco, pensão integral por morte, regras de transição justas, idade mínima de

aposentadoria diferenciada para homens e mulheres e integralidade e paridade dos vencimentos na aposentadoria, como oferecido para as Forças Armadas.

“Nossa grande preocupação é que a proposta cria quatro carreiras dentro da mesma carreira. Essa reforma é uma injustiça, frente ao texto que foi apresentado aos militares. A reforma agride o sistema de segurança”, critica.

Após reunião, frustração

A reunião com Marinho, nesta quarta-feira (19/06/2019), em vez de atenuar a tensão, aumentou o distanciamento da categoria com o governo Bolsonaro. “Foi uma reunião ruim. Nos parecia que entraríamos em um acordo, saímos frustrados. Uma traição do governo”, completa Rafael.

Na avaliação do delegado, a reforma da Previdência como está trará prejuízos à segurança pública. Para ele, as polícias ficarão envelhecidas e perderão as condições integrais de combate. “É uma situação dramática. Bolsonaro sempre defendeu a segurança pública em discursos [de campanha], [disse] que se eleito traria melhorias para os servidores. Isso não se concretizou”, critica.

Rafael destaca que, se a reforma for aprovada como está, haverá quatro formas de se aposentar. Para aqueles que entraram na corporação antes de 2003 – que teriam integralidade e paridade; uma regra de transição para os ingressos entre 2003 e a criação do Funpresp (com integralidade calculada na média das contribuições); para aqueles admitidos após o Funpresp (a aposentadoria dependeria do fundo complementar); e para aqueles contratados após a reforma.

O enfrentamento da reforma no Congresso é mais um capítulo da sequência de desentendimentos entre as forças de segurança e Bolsonaro. A categoria já realizou duas manifestações em Brasília e divulgou duas cartas contra as propostas do presidente.

Fonte: Metropoles

Mais de 3 milhões de brasileiros estão desempregados há dois anos, revela Ipea

Enquanto Bolsonaro se preocupa com tomada de três pinos, aumenta de 17,4% para 24,8% o número de trabalhadores e trabalhadoras que não conseguem se recolocar no mercado de trabalho por dois longos anos



O tempo médio em que os trabalhadores e trabalhadoras ficam desempregados no Brasil é de 24 meses e as perspectivas futuras não são nada boas. Enquanto o país corre o risco de entrar novamente em recessão, com a projeção de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) em menos de 1% este ano, ao invés de projetos para gerar emprego e renda, o governo de Jair Bolsonaro (PSL) se preocupa com tomada de três pinos.

De acordo com estudo sobre o Mercado de Trabalho no primeiro trimestre de 2019,

divulgado nesta terça-feira (18), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), o tempo médio de recolocação no mercado de trabalho é de dois anos para 3,3 milhões de trabalhadores e trabalhadoras – um aumento de 17,4% para 24,8% entre o primeiro trimestre de 2015 e o mesmo período de 2019. Em quatro anos, cresceu 42,4% o total de brasileiros que ficam 24 meses sem emprego.

Segundo o Ipea, que utilizou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), a crise econômica mantém

a taxa de desemprego elevada e também contribui para permanência no desemprego. No trimestre encerrado em abril, a taxa de desemprego atingiu 12,5% dos brasileiros, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD-Contínua), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isso significa que 13,2 milhões de brasileiros estão desempregados.

Mulheres

Eas mulheres são as que mais têm dificuldade de conseguir um novo emprego (28,8%). Na sequência vêm os adultos com mais de 40 anos (27,%) e os trabalhadores com ensino médio completo (27,4%).

Norte e Nordeste

As Regiões Norte, com 28,6%, e a Nordeste, com 27,6%, registram os maiores percentuais de desempregados há pelo menos dois anos no país.

Impacto na renda familiar

Além do aumento no tempo de permanência no desemprego, o estudo do Ipea mostra que os efeitos da crise econômica sobre o mercado de trabalho também vêm impactando a renda domiciliar. Apesar de algum ganho real, os dados da Pnad mostram que, no 1º trimestre de 2019, 22,7% dos domicílios brasileiros não possuíam nenhum tipo de renda proveniente do trabalho, e que os domicílios de renda mais baixa foram os que apresentaram menores ganhos salariais. A análise mostra, ainda, que a renda dos domicílios mais ricos é 30 vezes maior que a dos domicílios mais pobres.

Desalento

Sem conseguir emprego há dois anos, trabalhadores e trabalhadoras de 18 a 24 anos estão entre os grupos mais atingidos e, portanto, desalentados, desiludidos - grupo que, segundo o IBGE para de procurar emprego, depois de muito tentar e não conseguir uma recolocação.

Com baixo crescimento da ocupação e queda

no rendimento real, os jovens são 27,3% do total de desempregados. Pelo quinto trimestre consecutivo, os mais jovens e com ensino fundamental incompleto tiveram a maior queda de rendimento (-2,4%).

Reforma de Temer gerou precariedade

Como vem acontecendo desde a aprovação da reforma Trabalhista do ilegítimo Michel Temer (MDB-SP), o mercado vem criando mais emprego informal, sem direitos. A taxa de crescimento anual do emprego, considerando-se apenas trabalhadores com carteira assinada, permanece negativa e com variação quase nula, segundo o Ipea que, além da PNAD se baseou em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

A análise sobre os efeitos da reforma Trabalhista revela que de novembro de 2017 a abril de 2019, foram abertas 507.140 novas vagas de trabalho, das quais 58.630 de contratos de trabalho intermitente, quando a empresa paga por hora trabalhada, chama o trabalhador nos dias e horários em que precisa e, portanto, pode pagar por mês até menos de um salário mínimo, dependendo de quantas horas o empregado foi requisitado a prestar serviços; e 19.765 de trabalho parcial, em sua maioria no setor de comércio e serviços.

Apesar da geração de emprego, os dados mostram que cerca de 7 milhões faziam parte da população de trabalhadores que se ocupam menos de quarenta horas semanais. A chamada subocupação por insuficiência de horas trabalhadas combinada com a desocupação atingiu em abril deste ano 19,1%, índice acima dos três anos anteriores.

Das vagas de emprego intermitentes e parciais, a maioria foi ocupada por jovens de até 29 anos e trabalhadores com ensino médio completo.

Fonte: CUT

Empresa é condenada por não cumprir cota de trabalhadores com deficiência

Para o TST, o não cumprimento da cota é discriminação. A empresa de Curitiba, que deveria ter pelo menos 53 trabalhadores com deficiência ou reabilitados, tinha somente 2, foi multada em R\$ 50 mil



Não garantir o direito de trabalhadores e trabalhadoras com deficiência ou reabilitados de ingressar no mercado de trabalho é um ato de discriminação que causa danos a toda população.

Foi com esse entendimento que a Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) condenou a empresa Nossa Serviço Temporário e Gestão de Pessoas

Ltda., de Curitiba, no Paraná, a pagar R\$ 50 mil de indenização por dano moral coletivo.

O artigo 93 da Lei da Previdência Social (Lei 8.213/1991) prevê que as empresas com 100 ou mais trabalhadores devem, obrigatoriamente, preencher de 2% a 5% das vagas com pessoas com deficiência ou reabilitadas.

Segundo o Ministério Público do Trabalho

(MPT), que ajuizou a ação civil pública, a empresa curitibana tinha apenas dois trabalhares nessa condição e deveria ter, pelo menos, 53.

Para o relator do caso no TST, ministro Hugo Carlos Scheuermann, a desobediência do empregador relativa à contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas “ofende toda a população porque caracteriza prática discriminatória”, vedada pela Constituição Federal, que proíbe qualquer discriminação em relação a salário e critérios de admissão do trabalhador ou trabalhadora com deficiência.

O bancário José Roberto Santana da Silva, um dos coordenadores Nacional do Coletivo de Trabalhadores e Trabalhadoras com Deficiência da CUT, acredita que a decisão é importante, porque mostra para as empresas a importância não apenas de cumprir a lei, mas de combater o preconceito.

“É importante mostrar que, ao cumprir a lei, elas [empresas] estão dando condições para que os trabalhadores com deficiência possam estar no mercado de trabalho. É preciso ter a clareza de que existem pessoas com deficiência qualificadas”, diz.

Segundo Zé Roberto, um dos entres para que cada vez mais trabalhadores sejam contratados pelas empresas é a falsa ideia de que essas contratações geram um custo, sobretudo devido às adaptações que são necessárias em alguns casos.

“Elas [empresas] alegam que, por ter de contratar a pessoa com deficiência, terão

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Gilmário Araújo dos Santos

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Jacqueline Barbosa

custos para adaptar o local de trabalho com acessibilidade, fazer um planejamento em um prédio. E nós entendemos que é um investimento a ser feito nas pessoas. É acreditar que essas pessoas podem, sim, estar no mercado de trabalho e contribuir com o seu desenvolvimento, da sua família e da sociedade”.

O triste é que mesmo passando 28 anos da Lei de Cotas, as empresas insistem em não cumprir a lei - Zé Roberto

“Se não cumprem, devem pagar multa, mas as multas precisam ser altas para que as empresas entendam de uma vez por todas a importância da inclusão”, completa Zé Roberto, alertando que, por causa do valor baixo das multas, muitas empresas preferem pagá-las a cumprir a lei.

Decisão unânime

A decisão da 1ª Turma do TST foi unânime e revisou o entendimento do juízo da 15ª Vara do Trabalho de Curitiba e do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, que haviam julgado improcedente o pedido de indenização por dano moral coletivo. O pagamento da indenização será revertido ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Fonte: CUT

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF